

A ascensão dos evangélicos na Câmara Municipal De Teresina-Pi (2008-2012)

LUCAS RAFAEL SANTOS COSTA\*

Para analisar e discutir a presença na política evangélica em Teresina tomarei como ponto de partida, as eleições municipais de 2008 e o mandato que se segue ao cargo de vereador Câmara Municipal de Teresina. Um dos objetivos é buscar compreender de como se desenvolve a dinâmica da representatividade legislativa e atuação política dos candidatos evangélicos eleitos nos pleitos de 2008 e 2012.

No Brasil há uma pluralidade de vertentes evangélicas. Os evangélicos proliferam-se com uma flexibilidade muito grande, demonstrando certa plasticidade, ou melhor, flexibilidade. Está expansão traz diferentes resultados em diferentes campos e uma das questões importantes a se compreender é saber como a religião interfere na política, e por último, na sociedade civil, não necessariamente nesta ordem.

Uma das principais imagens dessas mudanças sociais geradas pelo expressivo crescimento evangélico é a sua participação na esfera política. Isso pode ser visto no aumento da representação política dos evangélicos e na formação das bancadas cada vez mais relevantes nas decisões políticas. Cada vez mais engajados politicamente, eles participam ativamente dos processos eleitorais e acompanham o ritmo das transformações e a consequente complexidade político-religiosa das últimas décadas.

Para a conclusão deste trabalho, utilizarei como objeto de estudo, a Câmara Municipal de Teresina que representa o poder legislativo municipal e seus respectivos representantes, os vereadores. As fontes para as informações necessárias ao desenvolvimento do estudo serão essencialmente fontes oficiais obtidas nos sítios oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no acervo da CMT. Neles, temos informações a respeito do desempenho eleitoral e dos resultados obtidos e de forma mais específica o desempenho eleitoral dos candidatos eleitos, a partir dos dados, será feita a análise do desempenho eleitoral, o perfil socioeconômico dos candidatos eleitos (sexo, ocupação, faixa etária, grau de instrução). No sítio da CMT há um acervo público digital que pode ser.

---

\* Mestrando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí.

O recorte temporal a ser tratado se concentra a partir dos resultados da eleição de 2008 e se estende ao mandato até o de 2012. Procura-se saber e caracterizar a representação política evangélica, bem como, a formação e atuação de uma bancada evangélica.

Metodologicamente a realização desta pesquisa se dará essencialmente na revisão de literatura de autores sobre a temática referida. A coleta de dados se dará, nas à disposição no sítio do TSE. Integrante do Poder Judiciário Federal representa o órgão máximo da Justiça Eleitoral no país. Com funções jurisdicional, administrativa e regulamentadora. Outro sítio é o do TRE-PI, entidade que contém os dados das eleições municipais com livre acesso e, além dos programas dos Partidos Políticos.

A hipótese a ser verificada é a de que os representantes do legislativo municipal, tem se caracterizado por uma atuação independente, com uma plataforma autônoma, com relação aos partidos políticos a qual são vinculados e as igrejas as quais participam. Com isso, verificarei como se instrumentaliza essa autonomia, até que ponto esses representantes atuam de forma independente de suas legendas? Se, possuem plataforma própria de atuação, como ela se constrói e é desenvolvida.

É possível perceber algumas evidências dessa hipótese de autonomia política dos representantes, analisando o desfecho do mandato político de 2008 a 2012, como será demonstrado no capítulo três foram eleitos três (3) representantes, enquanto que no pleito seguinte o número saltou para seis eleitos.

Na perspectiva da análise da participação dos evangélicos nas eleições, ainda é um tema pouco explorado. Começou a ganhar destaque nas últimas décadas, com alguns autores como SYLVESTER (1986), FRESTON (1993), FERNANDES (1996), PEIRUCCI, AZEVEDO, FONSECA (1997), e outros. Em se tratando de Piauí, o vácuo de conhecimento é ainda maior e não encontrei nenhum trabalho acadêmico com esta abordagem, sejam em livros, artigos, trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese, artigos científicos. Enfim, há um rico material, mas que versam sobre a temática em outros estados ou mesmo a nível nacional. Esta constatação mostra a negligência da temática no meio acadêmico piauiense, instituindo desafios a mais na realização e conclusão deste trabalho. Contudo, há bastantes matérias de jornais e revistas que abordam a temática, mas não de forma aprofundada.

Este trabalho procura responder uma questão bastante atual que é a relação entre a política e religião em Teresina. Este é um tema que possui uma viabilidade, tendo em vista que é pioneira e que ajudará a compreender o cenário político-eleitoral na capital piauiense, quiçá para os estudos da democracia representativa brasileira, pois fornece material que será disponibilizado para futuros interessados nesta temática.

Um ponto a ser explorado nesta pesquisa é que o crescimento de grupos religiosos evangélicos. Dispostos a “moralizar” a vida, expandir sua fé seja através da sua visibilidade midiática, seu marketing religioso e de sua presença no espaço público. Esta se dá pelo engajamento político em um contexto religioso pluralista e de crescimento da oferta de opções religiosas. O engajamento político evangélico não é um fenômeno novo. O que ocorre é uma maior visibilidade em virtude da projeção que a mídia religiosa e não religiosa, têm dado a este discurso. Um exemplo disso é o deputado Marco Feliciano (PSC), que dominou as pautas jornalísticas e nas redes sociais, com o projeto polêmico que tenta reverter à opção sexual dos homoafetivos, mais conhecido como “cura gay”.

A literatura política clássica no Brasil tem mostrado que o crescimento do eleitorado e de candidatos com o perfil evangélico, forçará um embate entre ideias liberais e conservadoras em torno das clássicas questões discutidas pela sociedade brasileira tais como: o aborto, casamento gay e legalização de drogas como a maconha, defesa da família entre outras. Sendo comum que entre estes candidatos, a questão moral supere outras temática até mesmos os da economia e sociais.

No Brasil existe a chamada “Bancada Evangélica” com nomes conhecidos na política nacional como o ex-ministro da pesca Marcelo Crivella (PRB) que é sobrinho do bispo Edir Macedo. Antony Garotinho (PR) várias vezes candidato a presidente, Marco Feliciano (PSC-SP). Esses candidatos se apresentam em defesa da família tradicional formada pela figura do pai e da mãe e filho, sendo contra o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e da legalização das drogas. A força das bancadas evangélicas tem demonstrado poder de barganha e até, o presente momento tem apresentado sucesso na defesa de tais questões.

Pesquisas do IBGE indicam um expressivo crescimento de religiosos no país, dentre estes o grupo de evangélicos no Brasil cresceu mais de 60% nos últimos dez anos, passaram a ser 42,3 milhões, ou 22,2% dos brasileiros, de acordo com levantamento do

IBGE. Devido a este expressivo crescimento, o segmento evangélico tem sido objeto de atenção acadêmica, não só em virtude da sua expansão e da velocidade e natureza de seu crescimento.

Sobre o crescimento da presença evangélica no cenário político nacional, realizando um breve levantamento de literatura temos autores como Antônio Flávio Pierucci que é um especialista em sociologia da religião, que investigou, entre 1987 e 1988, a emergência de uma “direita cristã” no parlamento brasileiro, isto é, a bancada evangélica na Constituinte e, de 1989 a 1993, “a politização à direita do pentecostalismo no Brasil”. Paul Freston dedicou parte de sua pesquisa a entender o protestantismo e a política no Brasil que é referência para este trabalho. Alexandre Brasil Fonseca fez vários estudos dos evangélicos na política na década de 1990. Ari Pedro Oro por sua vez, foca sua análise especificamente no êxito eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus e no seu impacto não só na arena política (em termos da busca, por parte dos políticos tradicionais, do apoio dos pastores evangélicos), mas também na arena religiosa (uma vez que outras denominações também passaram a lançar candidatos às eleições), entre outros autores.

O peso da opinião religiosa evangélica, hoje, parece estar ganhando cada vez mais força na opinião pública geral, principalmente em torno de eixos ligados a família, questões de gênero, liberdade religiosa entre outros, que resultam em debates em torno de casamento entre pessoas do mesmo sexo, descriminalização do aborto, e da maconha.

No Piauí, 2,6 milhões de pessoas declararam ser católicos, segundo aponta o IBGE (2010). São números que colocam o Piauí com o maior percentual de católicos do país: 81,5% da população. O censo aponta também o número dos que se declararam sem religião, são 106.722 o equivalente a 3,29% da população. O número de evangélicos no Piauí aumentou 61,6% nos últimos dez anos. Em 2000, 6% dos piauienses declararam ser evangélicos. No Censo 2010, o percentual chegou a 9,7%, o que representa 302.982 piauienses, embora este seja um dos menores crescimentos do país é um número significativo que segue uma tendência nacional de aumento da fé evangélicos.

Existem diversos estudos sobre os evangélicos quanto que pesquisam sua escolaridade, sexo, idade, renda sob os mais diversificados olhares. Temos o já citado Paul Freston que fez um importante trabalho sobre a participação evangélica na política

com sua tese de doutorado de Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. Para o autor, entre os “novos personagens que entraram em cena” na década de 1980 no processo de redemocratização estavam os evangélicos, sobretudo os pentecostais, politicamente organizados para a disputa de espaços sociais e de influência cultural. Pierucci fez uma análise da atuação parlamentar evangélica na Assembleia Nacional Constituinte e discutiu em *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política* (1996) os principais temas que aproximaram uma “bancada evangélica” dos projetos políticos defendidos pelos partidos da direita e centro políticos, como a condenação ao aborto e à união civil homossexual, a defesa do nome de Deus na Constituição, defesa da propriedade privada e contra a reforma agrária em terras produtivas ou de pequenos produtores.

Josué Sylvestre fora um dos primeiros evangélicos no Brasil a apontar a necessidade da inserção dos evangélicos no mundo da política como é expresso em seu livro “irmão vota em irmão”, publicado em 1986. Este livro servira como importante material na quebra do então tabu no mundo cristão evangélico, mais especificamente entre os pentecostais da época. Tentando mostrar a necessidade por parte dos evangélicos de entrar na política, ele concebe justificativas bíblicas que legitimam a entrada na política. Assim, na obra, Sylvestre sugere qual perfil deve ter o evangélico na política e almeja um mutirão nacional em torno desse processo com o objetivo de alertar a comunidade evangélica brasileira:

Pastores do Brasil, em nome de Jesus Cristo, despertem para a realidade da conjuntura nacional; não deixem seus rebanhos sem uma orientação segura, coerente, oportuna e bíblica. Quando procurados pelos “fariseus amigos do Evangelho”, buscando o apoio das igrejas em troca de favores pessoais ou ajudas ocasionais, podem recebê-los com a cortesia própria de um cristão autêntico, mas expliquem com firmeza que o nosso povo tem um Deus que é dono de toda a prata e de todo o ouro do mundo (Ageu 2:8). Digam para eles que seria um absurdo eles imaginarem que um Pastor consciente de sua chamada e do seu ministério seja capaz de estimular a traição, a falta de consideração cristã e a falência do amor fraternal, incitando e ensinando os membros de suas igrejas para que votem contra seus irmãos na fé em favor de pessoas estranhas, em disputa dos mesmos cargos

Em seu discurso percebe-se o forte apelo com o objetivo de mostrar a necessidade de o povo evangélico apoiar candidatos evangélicos é o fio condutor do livro.

Aqui ele recorre aos pastores do Brasil para que saiam do imobilismo político, e conduzam seus rebanhos de forma coerente com a Bíblia que no seu entender devem optar por “irmãos na fé” e jamais a favor de pessoas estranhas, ou seja, não evangélicos.

Um fato notável sobre a profundidade da relação entre a religião evangélica na política nacional que merece destaque e que deve ser mencionado são as propostas de criação de partidos políticos ligados a alguma igreja ou grupo religioso. Um forte exemplo é o da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que em 2006 criou seu próprio partido político, o Partido Republicano Brasileiro (PRB). Os membros deste partido afirmam contundentemente que este é um “partido que já nasceu grande”.

O surgimento dos candidatos evangélicos na política e suas propostas são resultado em grande parte de dois motivos: (i) primeiro, de um desejo da própria sociedade que na sua maioria, não percebe nos candidatos seculares a ética, o compromisso com o bem público. Este geralmente são mal visto e estereotipado, como com os jargões apolíticos tais como: “todo político é igual” “são corruptos”, “não prestam”, “só atendem aos próprios interesses” o que acaba por gerar uma decepção e falta de perspectiva de futuro com relação à política e uma crise de representatividade, ainda sobre esta temática discorrei com mais afinco nos próximos capítulos, com isso, os brasileiros, desiludidos, tendem a se encantar com quem possa representar um rompimento com o que está vigente, e este segmento social emerge como uma alternativa política ao sistema eleitoral em crise de representatividade (ii) pelo crescimento explosivo do número de evangélicos que aumenta a cada ano e cresce também a conscientização política deste segmento social.

Os evangélicos estão cada vez mais se interessando pela política como instrumento legal para a instalação dos interesses autonomia e dominação e também do seu poder eleitoral. Um fato a se destacar, é que não há até o presente momento uma unicidade política religiosa capaz de agregar todo o segmento evangélico. Com exceção, ao PRB criado somente em 2006, não temos partidos evangélicos em atuação, os evangélicos se encontram diluídos na imensa pluralidade partidária.

Ari Pedro Oro em seu estudo sobre os parlamentares da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no campo religioso e político brasileiro, afirma que:

Para a IURD, e para outras igrejas pentecostais ou reformadas, a corrupção constitui a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum, da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos, justificando e legitimando o seu ingresso na política uma vez que se consideram uma espécie de “reserva moral” da sociedade.

A citação acima expressa bem com as ideias moralizantes dos evangélicos. Para eles a atual situação da política caracterizada pela corrupção, desvios de função, o não atendimento dos interesses da sociedade, e das comunidades representa mais que um convite ao seu ingresso e com isso implantar valores por meio da política os valores cristãos. A “ideia moralizante” é largamente utilizada pelos candidatos evangélicos em suas campanhas eleitorais, se apresentando como alternativa “confiável” para que o eleitor evangélico ou não, deposite seu voto, que atenda aos interesses de forma íntegra e consciente.

No pleito de 2008, com base nos dados do TRE-PI, foram 293 candidatos disputaram uma vaga na CMT e estavam em aberto 21 cadeiras de vereador. Dos vinte e seis partidos registrados no TRE do Piauí, apenas um dos partidos que possui a palavra “cristão” na sua sigla que é o PTC conseguiu eleger um candidato.

Dos representantes eleitos, a partir de 2009, somente três vereadores são evangélicos Ananias Falcão de Carvalho (PV), Elizeu Aguiar (PTB) e Levino dos Santos Filho (PRB). Estes são ligados, respectivamente, à Assembleia de Deus, a Igreja Batista e a Igreja Universal do Reino de Deus.

Mas pleito de 2008, não foi a primeira vez que eles se candidataram a um cargo político. Levino Filho em 2006 candidatou-se a deputado estadual pelo PTB, contudo, não foi eleito ficando na suplência. Com a criação do PRB em 2006, o vereador Levino Filho não tardou a migrar para o partido recém-criado e fora uma das peças-chaves para a implantação e crescimento do partido no Piauí, onde atua até o presente momento. Assim, como também Ananias Carvalho que, em 1996, ingressou na vida política se candidatando a vereador, mas não foi eleito ficando na primeira. Este somente em 2004 conseguiu ser eleito sob a legenda do Partido Verde. E em 2008, foi eleito novamente para assumir seu terceiro mandato na Câmara Municipal de Teresina.

Vejamos de forma breve a atuação destes vereadores. Ananias Falcão de Carvalho possui o ensino fundamental completo e é filiado a Igreja Assembleia de Deus.

Em 2008, foi eleito novamente para assumir seu segundo mandato na Câmara Municipal de Teresina e também foi reeleito em 2012. Apesar de eleito pelo PV, o vereador Ananias Carvalho mudou de legenda e atualmente é filiado ao Partido Soliriedade (SD).

Pesquisando o estatuto do Partido Soliriedade (SD) no Art. 1º, encontra-se que esse é um partido político que se destina a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo, a defender a soberania nacional e os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal. O partido defende algumas bandeiras disponibilizadas no sítio do partido que são as seguintes: Revisão das perdas do FGTS, Redução de 40 horas semanais sem redução de salário, Valorização das aposentadorias, Fim do fator previdenciário. Com isso, seria de se esperar que as propostas e projetos de lei apresentadas por qualquer candidato filiado a este partido, tivesse essas bandeiras como norte que o guiara o seu mandato político. Mas, analisando a produção de vereador, não foi encontrado nenhuma lei, decreto ou outro documento, que expressasse tais demandas. Isto é um indicativo de que as bandeiras do partido não são seguidas pelo candidato.

A maioria da produção legislativa do vereador é de homenagens. Destas homenagens três são oferecidas a pastores por meio do Decreto Legislativo nº 370 de 2007, nº 364 de 2007 e nº 338 de 2006, que dispõe sobre a concessão de título honorífico de cidadão teresense, respectivamente aos pastores Antônio João Portela, Jasson Secundo Barreto e Napoleão Coêlho Fonseca.

Há também a Lei nº 3.457 de outubro de 2005, que institui no calendário oficial de eventos da cidade de Teresina, na quarta semana de maio, a Marcha para Jesus, como pode ser visto no estrato abaixo:

Art. 1o Fica instituída a Marcha para Jesus, no âmbito do município de Teresina, a ser realizada anualmente na quarta semana do mês de maio.

Parágrafo único. O evento referido no caput deste artigo fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Teresina.

Art. 2o A Marcha para Jesus será organizada pelo Conselho de Pastores de Teresina e será realizada em circuito pré-determinado pela comissão organizadora.

A Marcha para Jesus é um fenômeno religioso mundial e interdenominacional, que reúne inúmeras denominações evangélicas ocorrendo em várias cidades do mundo e,

também no Brasil. Ela consiste numa caminhada por um circuito determinado, conduzido por trios elétricos onde várias bandas gospel se apresentam. A Marcha para Jesus de Teresina, se consolida como o maior evento evangélico do Norte e Nordeste do Brasil, no ano de 2014 ela chegou à sua 13ª edição reunindo aproximadamente 200 mil pessoas.

Elizeu Moraes de Aguiar é filiado a Igreja Batista. No momento de sua candidatura, possuía o ensino superior incompleto em Comunicação Social, e sua ocupação era descrita como empresário.

Em 2004, concorrera a seu primeiro mandato a vereador de Teresina, somando 5.541 votos, um dos candidatos mais bem votados naquela eleição. Em 2006, concorrera a Deputado federal na coligação “A Vitória da Força Do Povo” (PT / PSB / PTB / PC do B / PL), no mesmo partido. Ele conseguiu 31.435 votos, mas não fora eleito. Em 2008, o então candidato concorrera novamente a uma vaga na CMT, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fazendo parte da coligação “O Caminho é o Trabalho”, composto pelos partidos (PTB / PRTB / PPS) sendo eleito com 6.487 votos. Em Janeiro de 2009, assumiu como suplente, o mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2007-2011, em virtude da renúncia do Deputado Benedito de Carvalho Sá. “Nas eleições estaduais de 2010, tenta uma nova disputa para Câmara Federal obtendo 57.779 votos, contudo não é eleito e fica na suplência do seu partido”.

Ao visitar o acervo digital da CMT, há presente doze (12) normas no total de sua autoria. Destas, destacarei a Lei Nº 3.772 de 2008 que reza:

**LEI Nº 3.772, DE 11 DE JUNHO DE 2008.**

Acrescenta parágrafo único ao art. 7º, da Lei nº 3.508, de 25 de abril de 2006, que “Dispõe sobre sons urbanos, fixa níveis e horários em que será permitida sua emissão, define procedimentos para o licenciamento ambiental para utilização de fonte sonora e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ.

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 7º, da Lei nº 3.508, de 25 de abril de 2006, acrescido de parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º.....

Parágrafo único. De igual modo, não são sujeitas às proibições e restrições previstas nesta Lei - referente aos limites de emissão de sons urbanos - as pregações, orações, hinos e cânticos

religiosos proferidos até às 21:00h, nas igrejas ou templos religiosos, através de sistema de som com amplificadores e alto-falantes ou não”.

A proposição apresentada pelo parlamentar, propôs uma alteração na Lei nº 3.508, que versa sobre sons urbanos, fixa níveis e horários em que será permitida sua emissão ressalva em parágrafo único que não são sujeitas às proibições e restrições previstas nesta Lei - referente aos limites de emissão de sons urbanos - as pregações, orações, hinos e cânticos religiosos proferidos até às 21:00h, nas igrejas ou templos religiosos, através de sistema de som com amplificadores e alto-falantes ou não. Com esse parágrafo, há claramente um benefício aos evangélicos e de suas práticas religiosas, que podem não estão sujeitas a tais restrições, portanto, caracterizando uma exceção já que na maioria dos casos seus cultos se dão a noite.

Quanto aos outros documentos se tratam essencialmente de Decreto Legislativo e lei que homenageiam pessoas, instituições, fundações e projetos sejam reconhecendo a utilidade pública, concedendo título honorífico de cidadão teresinense.

Levino de Jesus de originário de Salvador/BA chegou a Teresina em 2001, depois de exercer o sacerdócio pastoral em São Paulo, mas continuou filiado a Igreja Universal do Reino de Deus. Anteriormente, praticou o sacerdócio também em Sergipe, Rio de Janeiro.

Em 2006, disputou o cargo de Deputado Estadual pelo Partido PTB, mas não foi eleito ficando na condição de Suplente, até que no ano de 2008, o candidato pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB). Assim que o PRB foi criado em 2006 o candidato mudou de legenda se constituindo um dos importantes membros do PRB no estado do Piauí. O PRB apesar de nascer no seio da Igreja Universal do Reino de Deus, não apresenta a clara vinculação religiosa no seu programa. No estatuto do partido, afirma a “defesa da liberdade de crença e a liberdade de culto” e que “ninguém deve ser preterido ou preferido em função de sua opção religiosa”.

Ao analisar a produção legislativa do vereador Levino de Jesus percebe-se o interesse em desenvolver projetos para recuperação de dependentes químicos e portadores de necessidades especiais e não foi constatado nenhuma homenagem e nem norma que favoreça aos evangélicos. Pode-se citar, por exemplo, sobre a atuação em torno melhoria da vida dos portadores de necessidades especiais o Projeto de Lei nº 20 de 2011 que

dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação dos caixas eletrônicas em agencias bancárias, e ou instituições financeiras, em Teresina, permitindo o livre acesso e uso por portadores de deficiência físico-motora e dá outras providências.

Entre os pleitos de 2008 e 2012 tivemos um aumento nas cadeiras legislativas que foram de vinte e uma para vinte e nove nas eleições de 2012.

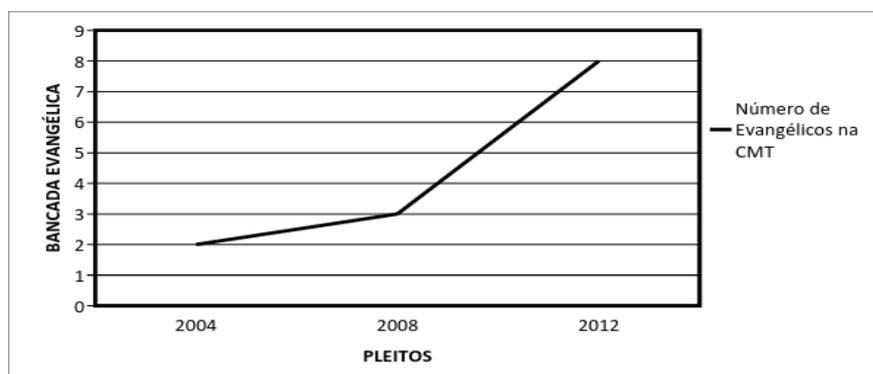
Nas eleições de 2012, todos os vereadores evangélicos que concorreram às eleições foram reeleitos, com exceção, ao do vereador Elizeu Aguiar (PTB) que não se candidatou ao cargo.

Quadro 14: Bancada evangélica na Câmara Municipal de Teresina, 2014

	Vereador	Partido	Igreja
1	Ananias Carvalho	SDD	Assembleia de Deus
2	Antônio Aguiar	PROS	Batista/CBB
3	Celene	P da Soliriedade	Presbiteriana Renovada
4	Joaninha	PSDB	-
5	Thiago Vasconcelos	PSB	Assembleia de Deus
6	Ricardo Bandeira	PSDC	Batista Nacional Filadélfia
7	Pr Levino de Jesus	PRB	IURD
8	Pedro Fernandes	SDD	-

O quadro acima demonstra a atual formação Bancada Evangélica em Teresina, composta por oito vereadores. Junto aos dois vereadores reeleitos, temos os novos candidatos evangélicos eleitos, a saber: Antônio Aguiar (PTB), Tiago Vasconcelos (PSB), e Joanina (PSDB), Cida Santiago e Celene Fernandes (PT do B), Ricardo Bandeira (PSDC), e Pedro Fernandes (SDD). Assim, podemos concluir que ela é a maior bancada da CMT, nenhum partido político possui tantos vereadores quanto a Bancada Evangélica. Conclui-se, também existir uma aceitação da representação parlamentar evangélica na CMT. Destaque para dois casos: Joaninha (PSDB), recém-convertido e o suplente de vereador, Pedro Fernandes (SDD), assumirá uma cadeira na CMT, ocupando a vaga do vereador Jeová Alencar (SDD), que tomou posse como diretor do Departamento Nacional de Trânsito no Piauí (Detran-PI).

Gráfico 3: da Bancada Evangélica em Teresina



Como apresenta o gráfico, ao longo da pesquisa verifica-se que a é ascendente o número de vereadores evangélicos dentro da CMT. Como dito anteriormente, isso se deve, em parte, ao crescimento do número de evangélicos no Piauí, que aumenta as possibilidades de votos nesses em tais candidatos. Segundo, a maior presença deste nas eleições concorrendo aos cargos políticos. Apesar, da sua presença na política não ser algo novo, somente agora os evangélicos começam a ter relevância política.

### Considerações finais

Como foi mencionado na introdução, este trabalho procura testar a hipótese de que os vereadores evangélicos lotados na Câmara Municipal de Teresina possuam autonomia com relação aos partidos do qual estão vinculados e, cada um, possui sua plataforma própria de atuação. Eles em conversas informais foram unânimes em admitir que possui suas plataformas próprias de atuação, e que o partido atua mais como um meio necessário ao cargo político almejado, já que o sistema partidário brasileiro exige que uma pessoa, para se candidatar, esteja filiada a uma legenda partidária. A influência dos partidos quando há, é em relação às pautas advindas do executivo, isto é, as pautas propostas pela prefeitura ao tramitarem na Câmara, serão postas em votação e os vereadores que formarem a base e os que forem coligados votaram a favor da proposta, enquanto que os da oposição se mostraram contrários às pautas em votação. Ademais, os políticos possuem ampla liberdade para legislar.

A partir das entrevistas com os próprios parlamentares, do levantamento e análises de fontes da CMT, bem como, de autores que versam sobre a temática conclui-

se os vereadores analisados atuam de forma independente e autônoma do partido a qual estão vinculados. No caso do pastor Levino Filho, seu foco de atuação é com relação à inclusão social, principalmente de pessoas com portadoras de deficiências.

A baixa interferência dos partidos nos mandados de seus filiados tem haver com a própria ideia de um declínio da importância dos partidos políticos, de um modo geral, nas democracias no Ocidente. Nisso criam-se formas alternativas de mediação da relação entre sociedade civil e Estado. Tal mediação, idealmente atribuída aos partidos políticos, não é exercida de modo satisfatório pelos partidos, levando a sociedade a procurar outras formas de organização e reivindicação das suas demandas e uma das instituições que surgem, então, como pretensas, ou incidentais mediadoras desta relação entre sociedade e Estado, é a Igreja. Atuando junto a diversas comunidades e organizando-se enquanto instituição social, as Igrejas mobilizam os grupos e, centralizando suas demandas, encontram um contexto favorável para uma atuação como mediadoras da relação sociedade/Estado.

Encontrando um contexto e uma estrutura favorável, as igrejas evangélicas, principalmente pentecostais e neopentecostais, beneficiam-se de sua estrutura organizacional, de sua cosmologia e do seu conjunto de valores e crenças para estabelecer sua penetração na esfera política.

Os candidatos oriundos das igrejas evangélicas assimilam a confiança institucional conferida pelo meio religioso do qual estão inseridas e usam de diversas estratégias para transformar em confiança política no período eleitoral, assim captando os fiéis.

Em uma democracia representativa, a mediação entre sociedade e Estado é realizada, a princípio, pelos partidos políticos que centralizam as demandas da sociedade e realizam a mediação com o Estado. Porém, segundo Bobbio, vem ocorrendo uma redução da importância dos partidos políticos como mediadores da relação entre sociedade e Estado. Tal redução deve-se, de acordo com ele, a uma extensão da democracia a espaços mais amplos da sociedade civil, incluindo diversos outros grupos sociais no processo democrático. Outros referenciais teóricos e autores, vêm apontado na mesma direção de Bobbio ao constatarem a efetivação de várias outras formas alternativas

de mediação entre sociedade e Estado, levado a (ou estimuladas por) uma redução do papel dos partidos políticos dentro do processo de representação.

Enfim, tem-se hoje uma sociedade bastante diversa e fragmentada que gera diversos grupos com demandas das mais variadas e os partidos políticos, mesmo em sistemas bem institucionalizados, não são capazes de atender e organizar todas as demandas dos diversos grupos, levada a sociedade é a buscar outras formas de representação e reivindicação de suas demandas. Este contexto cria uma considerável condição de sub-representação dos grupos sociais, impulsionando o surgimento de formas alternativas de representação junto ao Estado. É nesse contexto que emergem a ideia da representação religiosa. Com a fragmentação social e a necessidade de representação dos grupos sociais, a religião surge como um potencial representante que vem demonstrando força em Teresina como se pode constatar até mesmo nas eleições de 2012, quando houve um acréscimo de aproximadamente treze por cento dos representantes evangélicos que já somam oito, constituindo a maior bancada na CMT, aumentando sua força de barganha.

Os vereadores Ananias Carvalho, Elizeu Aguiar e o pastor Levino de Jesus ainda nesse contexto, atuam de forma independente ao partido e apresentam pouca integração entre si. A identidade religiosa não se apresenta como uma liga entre suas plataformas e as atuações dos representantes evangélicos. Essa tendência é seguida, também a nível nacional. É possível observar que a relação dos evangélicos com a política no Brasil poucas vezes fora coerente do ponto de religioso, haja vista a segmentação desse campo e a dificuldade de aglutinação de demandas em comum. Isso corresponde o clássico problema da unidade do protestantismo brasileiro e a instabilidade das instituições paraeclesiásticas desse segmento. Nas eleições de 2012 a presença de evangélicos na CMT saltou para seis. A estes um suplente evangélico assumiu o cargo e com a conversão de outro vereador a ideia de bancada evangélica ganha força entre eles e pode ser alvo de estudos posteriores.

## REFERÊNCIAS

ANDRADA, Bonifácio. *A crise dos partidos, do sistema eleitoral e a militância política*. 2. ed. Barbacena: UNIDAC, 2007.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. X, n. 2, out., 2004, pp. 288-338.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

CHARLOT, Jean. *Os partidos políticos*. Brasília: Ed. Unb, 1982. p.7.

COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). *Rev. Bras. Hist. [online]*, vol.23, n.46, 2003, p. 201-228.

DA MATTA, Roberto. “O ofício do Etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’”. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 24-35.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: tradução de Cristiano Monteiro Oiticica, Editora Zahar, 1970

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo. 3 edição. Brasília: Alfa Ômega, 1988, p.25.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Campinas, Tese de Doutorado em sociologia, IFCH- Unicamp, 1993, p. 49.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 38.

ORO, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas Partidários*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 146.

TAVARES, José Antônio Giusti [Org.]. *O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.